

CENAS DO ANTROPOCENO

Recebido: 21 de Julho de 2023 / Aprovado: 17 de Outubro de 2023

https://doi.org/10.14195/2182-844X_9_6

Boaventura de Sousa Santos¹

Sociólogo

Resumo

Neste texto faço uma apresentação breve das epistemologias do sul, entendendo por sul o sul epistémico e não o sul geográfico. Mostro que num período histórico tão complexo e ameaçador como aquele em que vivemos não é possível confiar num só sistema de conhecimentos para fazer frente aos desafios que nos confrontam. A ciência é um conhecimento válido mas não é o único conhecimento válido. Os seus limites são hoje mais evidentes que nunca à medida que as perversões da modernidade ocidental (fascismos, fundamentalismos, colapso ecológico, guerra permanente) nos batam à porta com cada vez mais violência.

Palavras-chave: Epistemologias do sul; capitaloceno; monoculturas; ecologias; ecologia de saberes

Abstract

In this text I give a brief presentation of the epistemologies of the South, understanding the South as the epistemic South and not the geographical South. I show that in a historical period as complex and threatening as the one we live in, it is not possible to rely on a single system of knowledge to face the challenges that confront us. Science is a valid knowledge, but it is not the only valid knowledge. Its limits are more evident today than ever before as the perversions of Western modernity (fascism, fundamentalism, ecological collapse, permanent war) are knocking on our door with increasing violence.

Keywords: Epistemologies of the south; capitalocene; monocultures; ecologies; ecology of knowledges

¹ Centro de Estudos Sociais

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Universidade de Yale.

Universidade de Wisconsin-Madison.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3359-3626>

<https://www.boaventuradesousasantos.pt/>

É difícil falar depois de um dos comunicadores mais sedutores que nós temos hoje no mundo, o meu querido amigo Ailton. É um prazer enorme estar aqui. Muito obrigado por esta oportunidade.

Creio que a grande pergunta que fazemos hoje é esta: será possível a partilha entre universos culturais que caminham em direções diferentes e opostas? O Ailton acabou de dizer vem de um universo cultural que sofreu uma derrota de 500 anos e que agora começa a ser ouvido. Como é que começa a ser ouvido? Ainda há muito pouco tempo durante uma sessão com os povos indígenas alguém que estava a controlar o tempo (por questões de organização) chamou a atenção de um colega indígena, e ele respondeu “eu estive calado 500 anos e vocês agora querem que eu me cale porque falei apenas uns minutos mais?” O problema é exactamente esse, porque esse é o limite de todos nós, mas todos caímos nisso e por isso não fico com complexos. Eu próprio posso cair e por isso tenho de ter cuidado.

É possível partilhar, mas com condições. Durante 500 anos o universo cultural, de que vem o Ailton, foi silenciado, foi negado, amaldiçoado e marginalizado e quase foi destruído pelo colonialismo europeu. Pelo colonialismo e pelo capitalismo, obviamente. E é evidente que essa derrota histórica parece ter chegado ao fim. Se até há pouco tempo, ninguém os ouvia, hoje são ouvidos para além das suas comunidades. Por outro lado, o nosso pensamento hegemónico ocidental, (do Viriato, meu, etc.), é um pensamento que, na sua formulação científica, teve uma vitória

de séculos. E parece que a vitória chegou ao fim. E agora ouvimos. Mas será possível partilhar? É. Mas com condições. Gostaria de falar brevemente das condições, porque elas são exigentes. A primeira é a seguinte. É tão plausível pensar o mundo como uma unidade como pensá-lo como uma pluralidade, uma imensa diversidade. Podemos olhar para diferentes pessoas e ver diversidade, mas também ver uma unidade, unidade de vidas, etc., etc.

O que acontece é que desde o século XVI, e sobretudo depois do século XVIII, a ideia da unidade prevaleceu sobre a ideia da diversidade, até hoje. Prevaleceu fundamentalmente graças às três dominações da modernidade ocidental – o capitalismo, articulado com o colonialismo e o patriarcado (o sexismo). O colonialismo e o patriarcado já existiam antes, mas foram reconfigurados pelo capitalismo. A partir de então, a unidade foi aquela que se transformou no princípio da regulação da vida. Essa unidade tinha dois valores fundamentais. O primeiro, é a superioridade da vida humana sobre o resto da vida do planeta. Chama-se a isso hoje o absolutismo antropológico. Esta questão é objecto de análise aprofundada no livro de um colega filósofo colombiano, Santiago Castro-Gómez, *La rebelión antropológica. El joven Karl Marx y la izquierda hegeliana (1835-1846)*. A ideia da superioridade da criação divina, vem de Descartes.² A *res cogitans* (seres humanos) e a *res extensa* (natureza). Esta superioridade é construída pelos seres humanos que representam 0,01% da vida total do planeta. E que nos arrogamos a destruir a vida total como o Ailton acabou de dizer.

2 A prova da existência de Deus está na mente humana, porque só ela pode conceber um ser perfeitíssimo, infinito. Sendo imperfeita, a mente humana só é capaz de tal concepção porque alguém a inscreveu nela. Esse alguém é deus. A natureza é incapaz de uma tal concepção, e aí reside a sua incomensurável inferioridade em relação à mente própria dos humanos. Com a demonstração da existência de deus ficou provada a impossibilidade da co-existência com ele no mesmo mundo.

O primeiro princípio foi esse absolutismo levou ao chamado Antropoceno.

Eu não uso o conceito de Antropoceno. Concordo com o Ailton na ideia de que devemos usar o termo capitaloceno³ porque na verdade não são todos os seres humanos do mundo responsáveis por esta destruição, mas sim um modelo de produção, o modelo de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que nos dominou até hoje. Eu uso também um outro conceito muito importante que é o desperdicioceno. Porque o que o estamos criar é uma sociedade de desperdício. Há muito tempo penso isso. Aliás, um subtítulo de um livro meu “A Crítica da Razão Indolente” era “Contra o desperdício da experiência”.⁴ Nós desperdiçamos experiências, desperdiçamos recursos, desperdiçamos pessoas. E os desperdícios são os resíduos e, por isso, não são apenas os resíduos materiais, são resíduos humanos. O nosso modelo de pensamento é um modelo que criou, que construiu esta ideia da unidade de uma maneira falsa, partindo da superioridade da criação humana, da vida humana, mas, além disso, formulada através de um pensamento único, que é o pensamento eurocêntrico. E, hoje, só conseguimos fazer esta partilha quando começamos a fazer tradução intercultural,⁵ entre o que nos diz o Ailton e aquilo que nos dizem os cientistas. E esta tradução

intercultural é extremamente difícil, porque a ciência moderna não foi treinada para isso. A ciência moderna assenta em cinco monoculturas — a monocultura do conhecimento rigoroso, que nos diz que só o conhecimento produzido pela ciência é rigoroso (e por isso válido), os outros conhecimentos não são; a monocultura do tempo linear, em que o tempo linear é o único tempo, a seta do tempo que segue num sentido único, os outros tempos já não vigoram, são atrasados; a monocultura das classificações, ex natura, a natureza está abaixo da sociedade, o homem está acima da mulher, o branco está acima do negro, enfim, os binarismos do pensamento moderno; a monocultura das escalas, a escala universal e a escala global é superior à escala local e à escala particular (todos nós fomos treinados nessa ideia); e, naturalmente, a monocultura da produtividade. A produtividade mede-se por um ciclo de produção e não por uma pluralidade de ciclos de produção, como sempre aconteceu no mundo. Nós não somos um ciclo de produção, nós somos uma vida, mas o conceito de produtividade capitalista, é a produtividade definida por ciclo de produção único, quer seja na agricultura, quer seja no nosso trabalho. E, essa monocultura criou a linha abissal que eu tenho definido entre o lado do valor e o lado do desvalor, o lado dos humanos e o lado dos sub-humanos.⁶

3 Andreas Malm propôs o termo *Capitaloceno* pela primeira vez no decurso de um seminário em Lund, na Suécia, em 2009.

4 Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. Coimbra: Afrontamento.

5 A tradução intercultural visa especificamente reforçar a inteligibilidade recíproca sem dissolver a identidade, ajudando assim a identificar complementaridades e contradições, plataformas comuns e perspectivas alternativas. Tais clarificações são importantes para fundamentar de forma sólida as decisões sobre alianças entre grupos sociais e articulações de lutas, bem como para definir iniciativas concretas tanto no que se refere às suas possibilidades como aos seus limites. Permitindo a articulação de diferentes movimentos sociais e de diferentes lutas, a tradução intercultural contribui para transformar a diversidade epistemológica e cultural do mundo num factor favorável e capacitador, promovendo a articulação entre lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

6 A linha abissal é a ideia basilar que subjaz às epistemologias do Sul. Marca a divisão radical entre formas de sociabilidade metropolitana e formas de sociabilidade colonial que caracterizou o mundo ocidental moderno desde o século XV. Essa divisão cria dois mundos de dominação, o metropolitano e o colonial, dois mundos que, mesmo sendo gémeos, se apresentam como incomensuráveis. O mundo metropolitano é o mundo da equivalência e da reciprocidade entre “nós”, aqueles que são, tal como “nós”, integralmente humanos. Existem iniquidades sociais e de poder entre “nós” que são susceptíveis de criar tensões e exclusões; contudo, em caso algum põem em questão a “nossa” equivalência e a reciprocidade básicas.

Vivemos numa sociedade em que o conceito de humanidade é muito difícil de imaginar como realidade. É um bom projeto, mas nas nossas sociedades não há humanidade sem desumanização. E aqui reside o problema. Se os 20 mil imigrantes que morreram afogados no Mediterrâneo fossem turistas americanos ou franceses, seria um escândalo maior na Europa. Mas era gente de cor castanha, negra, escura, do Médio Oriente, do Afeganistão, sub-humanos. Um grande filósofo do século XX, Frantz Fanon, chamou a isto “a zona do não ser”.⁷ E esta zona do não ser é desvalorizada. Vivemos nesta dicotomia, entre as zonas de ser e as zonas de não ser. É por isso os jardins idílicos não existem sem lixeiras. A nossa preocupação com a pureza e o asséptico não existem sem a contaminação e sem as zonas de sacrifício. Os nossos corpos saudáveis não existem sem os corpos doentios, que adoecem. E, por isso, as zonas de sacrifício são seres humanos de sacrifício. São zonas de pessoas que foram residualizadas pelo nosso pensamento. E se queremos levar a sério isto que o Ailton nos diz, é preciso outro conhecimento. Não pode ser este conhecimento que nos trouxe até aqui. Porque afinal o que é o conhecimento?

O conhecimento é a capacidade de representarmos o mundo como nosso. E se o representamos como nosso, podemos transformá-lo, de acordo com as nossas aspirações. Foi o que o colonialismo fez, e por isso perguntamos, o que é o Antropoceno? Se dissermos aos cientistas, discutem, se foi em 1750 ou se foi em 1930. Perguntem ao Ailton. Começou com o colonialismo. Ponto final. Foi aí. Cada um

procura a data em que pensa que houve a grande evolução. Esse conhecimento não nos pode levar para uma solução que nos permita trabalhar a partir desse tipo de considerações que o Ailton teceu aqui. Então, o que é que é preciso para que tal aconteça?

Não devemos descartar a ciência. Eu sou um cientista social e obviamente prezo muito a ciência. Mas temos que fazer uma grande conversão para a ideia de que a ciência é um conhecimento válido, mas não é o único conhecimento válido. Porque todos sabemos que para ir à lua precisamos da ciência, mas para conhecer a biodiversidade da Amazônia precisamos do conhecimento indígena. Para diferentes propósitos, necessitamos de diferentes conhecimentos. Isto é possível, mas é muito difícil hoje de fazer porque a universidade se limita ao ensino do conhecimento científico. Não ensina os outros conhecimentos. Temos que mudar a epistemologia. No fundo, a maneira de conhecer, a maneira de nos representarmos. No fundo, o que está em causa é uma revolução epistemológica. E essa revolução epistemológica caracteriza-se por aquilo que eu tenho designado pelas epistemologias do Sul. Este Sul é um Sul epistémico, não é um Sul geográfico. São os conhecimentos nascidos na luta contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Esses conhecimentos contra a injustiça produzida por estas três dominações, que estão sempre articuladas. Por exemplo, o capitalismo tornou-se mais agressivo com Jair Bolsonaro, e ao mesmo tempo aumentou o genocídio dos jovens negros no Rio de Janeiro e em Fortaleza, e ao mesmo tempo aumentou o feminicídio. Ou seja, capitalismo vai de par com o sexismo e com o racismo. E nós não somos capazes de ver isto

⁷ Fanon, Frantz (1968), *The Wretched of the Earth*. Nova York: Grove.

porque a nossa maneira de pensar, inclusivamente a de todos os marxistas, nos diz que é só capitalismo, e que o colonialismo e o sexismo são secundários. Enquanto continuarmos a pensar assim, continuaremos a assistir a este drama.

O problema reside em que a dominação é articulada, mas a resistência é fragmentada. Quanto do movimento feminista é racista e pró-capitalista? Quanto do movimento anticolonialista é sexista e é pró-capitalista? Quanto do movimento anticapitalista é racista e é sexista? Enquanto a dominação for articulada e a resistência for fragmentada, não saímos disto. Penso que estamos a caminho de encontrar uma outra forma de lidar com a ciência, sem a abandonar. Não há nada de anti-ciência no meu pensamento, mas de a articular com outros saberes, num procedimento a que chamo de ecologia de saberes.⁸ Conhecer os limites da ciência. Quanto melhor conhecemos os limites da ciência, melhor conhecemos as suas virtualidades.⁹ O conhecimento ocidental é algo polémico, certamente, para muitos de vós. No entanto já foi mais universal e capaz de muitos diálogos que o pensamento ocidental a partir do século XVIII deixa de fazer. Por isso, um filósofo do século XIV pode surpreender-vos. Este filósofo chama-se Nicolau de Cusa. É um homem que em 1440 publicou um livro intitulado *De Docta Ignorantia*, ou seja, a ignorância esclarecida. A ideia é que temos de conhecer os limites do nosso conhecimento.¹⁰ E quanto mais

a gente conhece os limites, melhor conhecimento temos do nosso conhecimento. Por isso, ser um cientista é conhecer os limites da ciência. Aprendi isto com um físico teórico, Carl Friedrich von Weizsäcker, quando eu estava a estagiar no Max Planck Institute, no sul da Baviera, na Alemanha. Von Weizsäcker questionava “sabem qual é o limite da ciência? É simples. A ciência só responde às perguntas que formula cientificamente.” Se a pergunta não se pode formular cientificamente, a ciência não se interessa”. O que é a felicidade? Não se pode formular cientificamente. Os nossos antepassados estarão aqui connosco, nesta mesa, nesta sala? Não se pode formular cientificamente, logo não é importante. Que sentido tem a nossa vida? Não é científico e, por isso, não é relevante. As perguntas mais importantes do nosso tempo não são científicas. Logo, limites da ciência. Mas são outros.

Sabemos que a ciência é muito boa e é fundamental para a informação e para o conhecimento. E a sabedoria? É muito fraca na sabedoria. O Ailton destila sabedoria além do conhecimento. A sabedoria tem o elemento intuição. Tem um outro discurso, diferente do discurso científico. Precisamos de juntar o conhecimento à sabedoria, o que não é fácil. Por outro lado, o conhecimento científico é muito bom nas tecnologias, mas é muito mau na avaliação ética. Todos os conhecimentos têm todas limitações. Há conhecimentos que são bons para definir a fisicalidade da vida, a sua materialidade. Outros, a

8 A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento.

9 A condição de superioridade da relação colonial-capitalista e patriarcal permitiu à moderna ciência desqualificar outros saberes, frequentemente definindo-os como “mera charlatanice”, sem procurar interagir com eles. A íntima relação entre saber e poder foi incessantemente provada ao longo de séculos. A verdade é que nem sequer o saber acumulado pela ciência foi sinónimo de saber exclusivamente produzido pela ciência. De facto, a ciência sempre usou muito saber que lhe é anterior ou ainda, como é recorrente, reduziu outros saberes a “informação” que, após testada, foi legitimada como saber científico, reivindicado e reafirmando, dessa forma, a sua centralidade como corpus de produção de saber.

10 Ver Santos, Boaventura de Sousa (2008), “A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.

espiritualidade. Eu tenho colaborado com o Ailton, e sei bem que para ele um rio pode ser sagrado. Mas eu sou capaz de entender? Eu que fui criado na ideia de que o sagrado está lá em cima e eu estou cá em baixo, quando para os povos indígenas quanto mais sagrado, mais fundo está na Terra. E é o rio e a montanha que são sagrados. Eu entendo, mas não compreendo profundamente. Esta ideia da espiritualidade entre nós foi-se perdendo porque a confundimos com a religião.¹¹

Alguns conhecimentos são muito importantes para conhecer o interior de nós. O Budismo, por exemplo, é muito importante. Outros, para o exterior, para a nossa relação com os outros. Por isso, é fundamental o reconhecimento da limitação dos conhecimentos. E para o conseguir é necessária uma ecologia de saberes. É por isso que tenho lutado. Como é possível encontrar ecologias de saberes em que os diálogos são mais do que apenas isso? Porque cada saber, quando entra em diálogo com outro, transforma-se. A ciência transforma-se e os outros conhecimentos também se transformam. Há muito conhecimento tradicional que é racista e

que é sexista. Quantas vezes eu vi isso nas comunidades indígenas? Não podemos aceitar tudo, nem de uma forma acrítica. Mas os cientistas têm de entender que também têm muito que aprender com os outros conhecimentos. E é por isso que saúdo algumas iniciativas que estão a ser realizadas no Brasil. Por exemplo, a UFMG foi pioneira entre as universidades federais, ao entregar, em 18 de Outubro de 2022, títulos de Doutor por Notório Saber a 15 artistas e mestres de saberes populares e tradicionais de Minas Gerais e da Bahia. “Hoje reconhecemos e legitimamos formalmente, por meio de um título acadêmico, a entrada na UFMG de outras epístoles e formas de pensamento, filosofias, práticas e valores. Essa medida decorre da compreensão de que compartilhar saberes plurais que induzem a políticas inclusivas é também uma função da universidade pública”, afirmou a reitora Sandra Goulart Almeida. Ela lembrou que os titulados têm relação antiga com a UFMG e relatou que o processo que culminou na entrega dos diplomas teve início em 2014 e passou por diversas etapas, da produção de memoriais à aprovação unânime do Conselho Universitário¹².

11 Ainda hoje é comum confundir espiritualidade com religião ou religiosidade. A verdade é que, no mundo ocidental, sobretudo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, espiritualidade e religião têm vindo a separar-se cada vez mais. Distingue-se entre espiritualidade religiosa e espiritualidade não religiosa ou secular. A espiritualidade entrou na minha investigação sociológica por uma entrada menos comum. Há mais de vinte anos, em reuniões com os povos indígenas da Colômbia e da Bolívia, fui-me apercebendo de que o conceito eurocêntrico de natureza tinha pouco a ver com o modo como aqueles povos expressavam as suas relações com os rios, os animais, as montanhas; como organizavam o trabalho agrícola e mesmo como iniciavam ritualmente qualquer reunião, pedindo autorização e bom acolhimento por parte da “Mãe-Terra” (*pachamama*, em quéchua) para as atividades que se seguiam. Uma relação de respeito e de veneração que, no entanto, não tinha nada a ver com o conceito ocidental de sagrado, concebido como algo separado, acima e para além deste mundo. A relação entre a sociedade e a natureza, entre o imanente e o transcendente, era diferente da que é comum na cultura ocidental. A natureza era concebida como estando “dentro” da sociedade, tal como o transcendente era uma dimensão do imanente. Dizer que o rio ou a montanha eram sagrados não queria dizer que estivessem em algum nível diferente de vida extraterrena. Era uma expressão que designava um modo de viver com o rio ou a montanha numa relação de respeito e dignidade mútuos. De um ponto de vista eurocêntrico, era como se um rio fosse simultaneamente um rio e mais que um rio, sem deixar de ser o rio onde se pescava e navegava. A espiritualidade foi a designação que foi emergindo entre os não-indígenas para dar conta dessa relação complexa em que se combinava o material e o utilitário com o imaterial e o espiritual.

12 <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-diploma-15-novos-doutores-por-notorio-saber>. Por sua vez, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFRGS aprovou a Resolução Nffl 11, de 16 de fevereiro de 2022, que estabelece novas normas para a concessão do título de “Notório Saber” na Universidade, com a outorga a Mestres e Mestras de Saberes Tradicionais. O título equivale à titulação acadêmica de Doutorado e poderá ser concedido a mestras e mestres de saberes das tradições indígenas, afro-brasileiras, quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais e das culturas populares. <https://www.ufrgs.br/pgdr/cepe-ufrgs-aprova-notorio-saber-para-mestres-e-mestras-de-saberes-tradicionais/>

O conceito de mestres de saber notório foi colocado pelos brasileiros no mapa da pedagogia transformadora. E precisamente no ano em que celebramos o centenário de Paulo Freire (2022). Isto é extraordinário porque mostra que existe a capacidade de trazer para dentro de uma universidade este pluriverso de saberes. Estamos num momento de evolução e de transformação. Isto é muito importante porque nos permite realizar muitas das coisas nas quais até concordámos espontaneamente com o Ailton, mas que depois no nosso dia a dia nunca se concretizam, porque vivemos realmente no desperdício. E, parece que não somos capazes de sair disso. Vamos até onde? Até reciclar, mas não partilhar, não vamos pôr em comum, porque hoje não somos capazes de fazer isso.

É necessária uma ruptura epistemológica com este pensamento hegemónico. É a única maneira de nos defendermos de quatro grandes conceitos. Que são conceitos inovadores, que são conceitos sobre os quais já muito se escreveu. O Viriato escreveu, eu escrevi. No entanto, estes conceitos foram transformados em receitas de marketing. Foram sequestrados pelo mundo corporativo. Foram sequestrados pelo capitalismo e pelas potências coloniais. E isso para mim é o que me dói. Porque qualquer dia já não temos termos para nomear uma emancipação ou uma libertação. Porque cada vez que inventamos um termo, ele é cooptado, sequestrado e transformado numa série do Netflix.

É muito importante que conheçamos os quatro conceitos, conceitos que eu deixei de usar. Sustentabilidade. A sustentabilidade, neste

momento, é uma receita para garantir o acesso aos recursos naturais e por isso não é desenvolvimento alternativo, é um mito e uma farsa. Em vez de desenvolvimento alternativo, a alternativa ao desenvolvimento.. Segundo conceito: Resiliência. O conceito de resiliência foi criado para nos permitir perceber como é que a Terra podia resistir aos múltiplos ataques de que é alvo. Está transformado numa maneira higiénica de os desenvolvimentistas se livrarem das populações vulneráveis. É isso que acontece sempre que há um desastre. Dou-vos o exemplo de Port-au-Prince, no Haiti. 2010, um grande terramoto. A resiliência da sociedade, da cidade, qual foi? Deslocar prontamente as todas as populações marginalizadas, irradiar todas as favelas para longe e transformar a cidade numa coisa bonita para os cruzeiros que passam por Port-au-Prince. Para isto serve a resiliência.

Terceiro, Participação cidadã. Em 1989 fiz um trabalho sobre o orçamento participativo em Porto Alegre (que foi onde primeiro surgiu no Brasil), com o Olívio Dutra e depois com o Tarso Genro. Bem, é evidente o que é hoje a participação cidadã em muitos projectos. É uma forma falsa de incluir as populações nas decisões para depois decidir contra elas. Um exemplo é o caso da consulta prévia. Todos aqueles que trabalham com populações indígenas sobre a consulta prévia sabem que hoje não é mais que uma triste farsa usada para dividir as populações e levar a água ao moinho do desenvolvimento capitalista, colonialista e patriarcal. Que é exactamente o que se pretende.

E por último, a Inovação. Quantos de nós escrevemos sobre inovação? A inovação hoje é uma receita de marketing totalmente dominada pela

tecnocracia. É um domínio de arquitetos, é um domínio de designers, é um domínio de consultores. É muito difícil encontrar outros conhecimentos, porque para isso era necessário – aquilo que nós temos vindo a fazer com a ideia das epistemologias do Sul – que o conhecimento partisse das populações que sofrem a dominação. Não podemos ser intelectuais de vanguarda, temos de ser intelectuais de retaguarda, acompanhando, apoiando, facilitando, dando alguns exemplos, aprendendo e sobretudo partilhando. Não podemos conhecer sobre, temos de conhecer com. E nós não sabemos conhecer com.

Quantas vezes eu, como sociólogo, ao fazer uma entrevista, a senhora começava... “mas eu tenho um problema com o meu marido que me bate, e tal, tal, tal”... O que é que eu dizia? “Minha senhora, desculpe, mas isso não é relevante para a minha pesquisa.” Isto não é um acto epistemológico, é um acto fascista. É um acto de domínio que uso pela minha posição do domínio. Não é uma posição epistemológica, é uma posição de poder que depois tem uma dimensão epistemológica. Não pode ser assim. E, por isso, no meu último livro – *O fim do império cognitivo*¹³ –, eu dedico uma série de capítulos à parte epistemológica, outros à parte metodológica e outro à pedagógica. As nossas metodologias nas ciências sociais são extractivistas. Extraímos informação porque temos conhecimento e as pessoas dão-nos

a informação. Enquanto continuarmos assim, não vamos longe. Vejam como esse elemento extractivista está no cerne de toda a nossa lógica. Os termos usados pela inteligência artificial para referir os tratamentos dos big data são data mining. Ou seja, minar, mining, data mining, data digging. Ou seja, a mesma expressão que as mineradoras usam para se referir à extração de recursos naturais, usa-se agora para extrair a informação, privacidade, subjectividade dos big data. É este o horizonte extractivista em que nos encontramos.

Mas ao contrário de muitos outros, eu sou um optimista trágico,¹⁴ e por isso nunca faço apenas uma denúncia. Eu vejo alternativas. Nós não precisamos de alternativas, precisamos de um pensamento alternativo de alternativas. Mas nós perdemos a capacidade de as ver. “Ah, aquilo está ali”, “ah, mas são uns camponeses, não interessa”. Não interessa. Isto é, o valor de um lado, o desvalor do outro. Enquanto for assim, é muito difícil avançarmos. Por isso, penso que é necessária uma revolução epistemológica porque a injustiça cognitiva é a justificação de muitas outras injustiças. Isso é obviamente uma luta que tem de ser feita, sobretudo porque é difícil. É que ela tem de ser feita, antes de mais, contra nós próprios.¹⁵

Temos que nos descolonizar, temos que nos despatriarcalizar, temos que nos desmercantilizar, e não é fácil.. Mas é possível avançar e acho que hoje,

13 Santos, Boaventura de Sousa (2019), *O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

14 Ser um optimista trágico consiste na consciência das dificuldades combinada com a recusa da ideia de que não há saída.

15 Como o conhecimento científico não se encontra distribuído de uma forma socialmente equitativa, as suas intervenções no mundo real tendem a ser as que servem aos grupos sociais que têm acesso a esse conhecimento. Em última instância, a injustiça social está fundamentada na injustiça cognitiva. No entanto, a luta por uma justiça cognitiva não terá sucesso se for baseada apenas na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico. Para além do facto de tal distribuição ser impossível nas condições do capitalismo global, o conhecimento científico tem limites intrínsecos em relação ao tipo de intervenção que promove no mundo real. Todos os saberes possuem limites internos e externos.

começamos a ver isso em muitos lugares. Ainda há pouco tempo, publicámos um livro intitulado *As economias de bem viver*,¹⁶ resultado de um projeto europeu que realizei.¹⁷ Não imaginam a riqueza das economias não capitalistas que existem no mundo. Feministas, populares, indígenas, camponesas, cooperativas, associativas. Porquê é que não são estudadas nas business schools, onde só se estuda a economia capitalista? Obviamente, porque o conhecimento é ele próprio, capitalista, colonialista e patriarcal.

16 Santos, Boaventura de Sousa; Cunha, Teresa (orgs.) (2022), *Economias de Bem Viver. Contra o desperdício das experiências*. Coimbra: Edições 70.

17 O projeto ALICE - Espelhos Estranhos, Lições imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo esteve ativo entre 2011 e 2016 e foi herdeiro do projeto Reinvenção da Emancipação Social (EMANCIPA), coordenado por Boaventura de Sousa Santos entre 1999 e 2001. Ambos os projectos foram conduzidos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em parceria com uma série de investigadores/as e centros de investigação internacionais. Em 2017, o projeto ALICE transformou-se no Programa de Investigação alice-Epistemologias do Sul, igualmente baseado no CES, embora conte com a colaboração de muitas outras pessoas